

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT-9 – Museu, Patrimônio e Informação

MUSEALIZAÇÃO NO CONTEXTO INTERPRETATIVO DA INTERDEPENDÊNCIA PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E MATERIAL

Diana Farjalla Correia Lima (MAST/UNIRIO)

MUSEALIZATION IN THE INTERPRETATIVE CONTEXT OF THE INTERDEPENDENCE OF TANGIBLE AND INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: O artigo está relacionado à pesquisa Patrimonialização e Musealização - Bem Cultural Imaterial: da Sombra ao Valor Nacional e Mundial ¹ que aborda o panorama integrado dos processos de patrimonialização e musealização relativos às instâncias voltadas a salvaguarda do patrimônio (1931-2004). A etapa atual enfoca na vertente da investigação dedicada ao cenário das instâncias ligadas à Musealização a questão da interdependência dos aspectos materialidade e imaterialidade dos bens culturais, patrimônio, no período que compreende 1946, ano da criação do Conselho Internacional de Museus, e antecede o estabelecimento da definição da categoria Patrimônio Cultural Imaterial, nacional e internacional, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, 2003, e a inclusão do patrimônio intangível na definição de museu, Conselho Internacional de Museus, 2004. A fundamentação teórica destaca o exercício do “poder simbólico” e a “matriz de significações” e, também, se apoia nos autores e entidades do campo da Museologia e domínios com temas correlatos. Objetiva identificar, analisar e interpretar a imagem das percepções, apreciações (interpretações) e ações (1946-2004) no espaço da preservação/musealização: museus, instituições afins, e organismos ligados ao assunto, visando determinar a presença de menções (significações) indicadoras do reconhecimento da interdependência tangível-intangível nas manifestações culturais imateriais. Investigação de teor exploratório, bibliográfico e documental, tendo nas fontes primárias das instâncias um expressivo conjunto de consulta representativo do pensamento que respalda as práticas usadas. Foi aplicada análise comparativa para as indicações encontradas nos documentos. Embora o momento ainda não seja a fase final, mas considerando ainda como elemento de contribuição a etapa que foi realizada no ano passado (Patrimonialização), do mesmo modo, já se depara no estudo atual – Musealização -- aportes sinalizando menções que apontam para a interação das formas materiais e imateriais no bem/manifestação cultural intangível.

¹ A pesquisa “Patrimonialização e Musealização - Bem Cultural Imaterial: da Sombra ao Valor Nacional e Mundial” recebe apoio do CNPq (Produtividade e PIBIC).

Palavras-Chave: Museologia, Musealização, Patrimônio Cultural Imaterial, Poder Simbólico, Bem Simbólico, Patrimonialização.

Abstract: This article reports on the research project Patrimonialização e Musealização - Bem Cultural Imaterial: da Sombra ao Valor Nacional e Mundial, which investigates patrimonialization and musealization processes at entities involved in the safeguard of heritage (1931-2004). At its current stage, the branch of the project researching the context of entities involved specifically in musealization processes is investigating the interdependence of tangible and intangible aspects of cultural heritage, covering a period that encompasses the year 1946 when the Conselho Internacional de Museus was founded, prior to the definition of the category Intangible Cultural Heritage by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000, by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2003, and the inclusion of intangible cultural heritage in museum's definition, International Council of Museums, 2004. In terms of its theoretical orientation, emphasis is given to the exercise of symbolic power and the matrix of significations (Pierre Bourdieu), while also drawing on authors and entities from museology and related fields. The aim is to identify, analyze, and interpret perceptions, appreciations, and actions (1946-2004) in the space of musealization – museums, institutions with museological attributes, and entities involved in the area – with a view to determining the presence of references indicative of the recognition of the interdependence of tangible and intangible aspects in intangible cultural manifestations. This study is of an exploratory, bibliographical, and documental nature, taking as its primary sources the significant body of reference material at the entities that represents the thinking behind their practices. A comparative analysis was conducted for the indications identified in the documents. Although the research has not yet reached its final stage, while considering the stage conducted last year (patrimonialization), as a contributory element, it has already identified – musealization -- some mentions (significations) indicative of the existence of interactions between tangible and intangible heritage.

Keywords: Museology, Musealization, Intangible Cultural Heritage, Symbolic Power, Symbolic Assets, Patrimonialization.

Em meio ao fenômeno da crescente massificação cultural, ocorrido nas últimas décadas, perceber a importância e ativar mecanismos para preservação e promoção das tradições populares, os saberes, as manifestações culturais e lugares onde elas se realizam, significou não somente um avanço setorial [...], mas um alinhamento a políticas mais amplas de valorização da cidadania e respeito à diversidade cultural.
IPHAN

1. PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: BEM SIMBÓLICO E O CAMPO DA MUSEOLOGIA

Nosso artigo diz respeito à pesquisa Patrimonialização e Musealização - Bem Cultural Imaterial: da Sombra ao Valor Nacional e Mundial, e no seu processo de desenvolvimento refere-se à etapa que, no momento, destaca a vertente investigativa dedicada à Musealização referida ao Patrimônio Cultural Imaterial e ancorada no quadro da relação de interdependência imaterialidade-materialidade, situando tal condição intrínseca que o bem simbólico consigna na ambiência dos museus. Deste modo aponta para tratar da presença do aspecto imaterial no bem tangível, isto é, o reconhecimento sob o prisma de atributo de

valor e, melhor dizendo, da perspectiva da essência cultural intangível que formula e preside um objeto/coleção-acervo/territórios musealizados sob a forma material. Assim dá prosseguimento ao estudo apresentado em artigo anterior: Patrimonialização-Musealização: a longa trajetória para a categoria Patrimônio Cultural Imaterial, quando em outra linha investigativa focalizamos a Patrimonialização, processo do mesmo teor do ato musealizar, portanto, ambos identificados como modelos institucionais preservacionistas socialmente legitimados e, conforme Pierre Bourdieu, permitindo entendimento como dispositivos do “poder simbólico” (BOURDIEU, 1986, p.183) que estabelecidos como procedimentos conceituais e operacionais agem definidores e tutelares na determinação do tratamento dos bens culturais.

E são estes mesmos bens simbólicos as manifestações que evidenciam um patrimônio coletivo, dizem de uma imagem cultural de pertencimento registrada na memória social, tanto podendo apresentar-se como herança recebida, o que dá a referência aos antepassados, quanto estar em construção, processo do presente que se destina como legado aos pósteros, segundo a Representação da UNESCO no Brasil (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), disseminando a informação no seu portal na internet que: “O Patrimônio Cultural Imaterial ou Intangível compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes”.

Ao nos depararmos com a manifestação herdada e que culturalmente nos representa, encontramos o terreno das significações simbólicas que Bourdieu (1986, p.xii) aponta como expressando “sentido” e dotado de um caráter particular, simbolicamente imbuído de um “valor” cultural que empresta e reconhece posição proeminente em cenário seletivo gestado pelas instâncias culturais preservacionistas, isto é, dedicadas à salvaguarda, noção de proteção aos bens que consiste em um modelo e uma ação voltados a permanência do legado cultural e, assim, ao tratamento especializado e multidisciplinar com intento de transmitir os conhecimentos que representam às gerações do presente e do futuro.

Nossa abordagem ao abranger o campo da Museologia e tomar como aporte o teórico francês coloca-se frente a frente com o exercício do “poder simbólico” no museu,

instituição apta ao reconhecimento que importa em selecionar, proteger e difundir os “bens culturais passíveis de musealização [...] de natureza material ou imaterial portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, Lei nº 11.904/2009, grifo nosso) e completamos: de qualquer sociedade/país.

Na ótica que investigamos a face da simbolização está calcada em um saber especializado, prerrogativa de instituições culturais dedicadas aos bens em diversas modalidades de intervenção que a salvaguarda exerce. Em razão de o perfil estruturado em um modelo de domínio do conhecimento e no qual avulta a “especialização”, figura interpretada e coparticipante da noção apropriada por Bourdieu de um conceito da Economia referente a um haver, um capital, o “capital cultural”, então, o campo no seu procedimento decisório outorga-se a “competência” profissional e destaca-a como atributo diferencial, estabelecendo a “marca da distinção”, sua chancela valorativa que implica em definir as regras da atuação.

Os museus e as entidades com propósito alicerçado e voltado, sobretudo, na ideia para proteção da imagem cultural patrimônio inscrita na configuração identitária dos grupos sociais, passam a deter o estatuto social da “legitimação”, o que leva a serem entidades distinguidas como “instâncias de consagração” (BOURDIEU, 1986, p.183-202), e aceitá-las na qualificação de referências próprias para o assunto.

Compõe-se por tal maneira a cena apta para a Musealização, processo da Museologia que lhe declara sentido específico, o reconhecimento do atributo valor patrimônio musealizado, cuja decorrência em nível teórico e prático está voltada a programar, orientar, avaliar e garantir a realização de políticas culturais baseadas na salvaguarda de bens que simbolizam, na pesquisa em questão, a vivência dos seres humanos na dimensão da Cultura.

A responsabilidade oriunda para o exercício do poder simbólico está a cargo dos agentes da seara museológica: especializados, competentes, legitimadores.

Em um segmento encontram-se as instituições identificadas como instâncias de consagração apresentadas sob a forma de museus e organismos afins, e tomadas na acepção conceitual que o campo determina para sua inserção na sociedade, qual seja: a finalidade de oferecer de modo permanente conhecimento associado à recreação a partir dos acervos

tidos como: “testemunhos materiais e imateriais dos povos e seus ambientes” (ICOM, 2009, p.32, grifo nosso).

No outro se situam os agentes indivíduos, cujo primeiro exemplo a ser apontado é o especialista nomeado museólogo. Profissão regulada no Brasil que por força de instrumento legal estabelece a necessidade de formação em curso de graduação e/ou pós-graduação *stricto sensu*, dispõe “sobre a profissão”, e “autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia”: Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984; e Decreto nº 91.775, de 15 de outubro 1985. Ainda há com relação ao exercício da profissão a compreensão sobre o perfil do agente individual que se verifica fora do nosso país. Diz respeito aos “profissionais de museus” que, de acordo com o Estatuto do Conselho Internacional de Museus, *International Council of Museums*, ICOM, transcrito no Código de Ética para Museus: versão lusófona (ICOM, 2009, p.32.) compreende os que atuam em “museus ou instituições similares” com “formação especializada”, e os que tenham “experiência prática equivalente em qualquer campo necessário à gestão e atividade de um museu” e, ainda, complementa com os “profissionais autônomos [...] que trabalhem para museus ou instituições definidas no Estatuto [...]”.

No tocante às competências do museólogo cabe-lhe: “solicitar o tombamento de bens culturais e o seu registro em instrumento, específico”; “planejar e executar serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais” (BRASIL, Lei nº 7.287/1984, grifo nosso); aplicar “procedimentos de seleção, aquisição, documentação, preservação, conservação, restauração, investigação, comunicação, valorização, exposição, organização e gestão de bens culturais musealizados” (BRASIL, Lei nº 11.904/2009, grifo nosso).

As disposições da legislação nacional (grifadas) representam o conceito e a prática do processo de Musealização, e são similares ao conjunto de orientações internacionais indicadas, por exemplo, pelo ICOM no seu Código de Ética ou em documentos do formato Recomendação e derivados de reunião internacional, Assembleia Geral. Assunto que trataremos adiante.

Na cronologia dos estudos sobre patrimônio/bens culturais atendendo especificamente ao significado valorativo do termo em questão, devemos destacar, embora em relato de largas passadas, a trajetória para agregar os bens imateriais no território patrimonialista.

Temos, assim, em nosso país a categorização do patrimônio nacional brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, em 1937, por meio do Decreto Lei 25/1937 que estabeleceu a proteção legal pela aplicação do “tombamento”. Na perspectiva internacional a Convenção UNESCO para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado ², em Haia, Holanda, 1954, que explicitou a “noção “bem cultural” como categoria global e homogênea de objetos que se consideram merecedores de proteção pelo seu valor cultural único” (UNESCO, *La elaboración...*, p.4).

Em 1972 a instituição investiu na ampliação do conceito para a salvaguarda caracterizando e estabelecendo a condição de Patrimônio da Humanidade na “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural – UNESCO”. E particularmente em perfil de patrimônio musealizado encontramos o ICOM, criado em 1946 “por e para profissionais de museus” ³ (ICOM *in brief*, tradução nossa), que ao longo da segunda metade do século XX trouxe definições sobre museus com adequação às necessidades inerentes aos questionamentos que o quadro cultural trazia a cada tempo.

No entanto, nas fontes consultadas por largo período de tempo seja para o patrimônio propriamente dito seja para o patrimônio musealizado enfatizou-se o aspecto tangível dos bens culturais, portanto, tendendo ao destaque do aspecto material no conjunto do patrimônio cultural. Foi constatado tal fato na etapa do estudo sobre a Patrimonialização e estamos nos deparando com o mesmo olhar ao investigar a Musealização.

Porém, o início do século XXI apontou para procedimentos das instâncias competentes que passaram a assinalar de modo formal, leia-se institucional, a inserção da manifestação imaterial-intangível com reconhecimento do valor bem cultural.

E sob o signo da responsabilidade a ser aplicada assumiram a postura, no Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, que desde 1937, conforme relatamos, vem respondendo em plano nacional e legal pela seleção e preservação do nosso

² O documento UNESCO *Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict with Regulations for the Execution of the Convention 1954* pode ser consultado na íntegra em http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13637&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html.

³ “An organization created in 1946 by and for museum professionals”.

A primeira Assembleia da entidade referencia sua criação na reunião ocorrida no período 16-20 de novembro de 1946 e teve lugar no Museu do Louvre, em Paris. Estiveram representadas 14 nações e entre as quais o Brasil.

patrimônio com missão estabelecida de proteção, promoção e assegurar “sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras”.

E cabe-nos esclarecer com relação ao perfil do IPHAN que desde a sua fundação até 2009, ano em que foi criado o Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM, foi o órgão nacional que na sua ambiência administrativa sediou cerca de trinta expressivas instituições museológicas (BRASIL, Lei 11906, 2009) no país, desenvolveu política cultural voltada aos museus e, desta maneira, atuou ao longo de mais de setenta anos no papel social de instância legitimada comprometida com o campo da Museologia.

No ano 2000 o Instituto passou a descortinar no seu horizonte funcional as “ações de valorização e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial”, estabeleceu o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro”, e também o traçado da política pelo “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial” (Decreto 3.551/2000, grifo nosso). Observamos que a designação dada pelo documento e o uso que se faz no Brasil nas fontes ditas oficiais têm sido Patrimônio Imaterial, embora haja o uso lado a lado do nome patrimônio intangível.

A manifestação é também identificada como Patrimônio Cultural Intangível (*Intangible Cultural Heritage*). A UNESCO que aplica o termo na versão inglesa apresenta-se como “única agência especializada no sistema das Nações Unidas com um mandato específico de cultura, [que] auxilia seus Estados-Membros na elaboração e implementação de medidas para uma eficaz salvaguarda do seu patrimônio cultural”. Lembra ainda que a “adoção da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível [2003] foi o maior passo para o desenvolvimento de novas políticas no campo do patrimônio cultural” (UNESCO, What is... [2003?], p.3, tradução nossa) ^{4 5}.

A instituição indica sua noção adotada para salvaguarda que compreende:

[...] as medidas que visam assegurar a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão -- essencialmente pela educação formal e não formal – e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos (UNESCO, 2003).

⁴ “UNESCO, which is the only specialized agency within the United Nations system with a specific mandate in culture, assists its Member States in the elaboration and implementation of measures for an effective safeguarding of their cultural heritage”.

⁵ “Among those measures, the adoption of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage was a major step for developing new policies in the field of cultural heritage”.

A citação nas modalidades indicadas reitera significados (preservação, proteção) (promoção, valorização) expressando ênfase ao sentido da permanência da herança cultural imaterial. É um amplo quadro protetivo que aplica procedimentos citados no recorte e articulados à noção de preservação para desenvolver o processo. Também se coaduna com o documento UNESCO (2015) “Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade”, ao interpretar como “Funções primárias dos museus”: “Preservação”, “Pesquisa”, “Comunicação”, “Educação” explicitando os conceitos e práticas inerentes.

No período determinado no nosso estudo, especificamente na Museologia e no exterior o tema está relacionado ao ICOM e, em particular, merecendo destacar dois acontecimentos.

O primeiro constituiu um evento voltado à comunidade museológica da região asiática, Sétima Assembleia da Aliança Regional do ICOM, Xangai, China, outubro de 2002, organizada, segundo a instituição, como um encontro preparatório para a Assembleia Geral do ICOM, 2004, quando se discutiu o tema do patrimônio intangível no mundo globalizado (ICOM ASIA, 2002a). O documento publicado: Carta de Xangai, Museus e Patrimônio Intangível: abordagens Ásia Pacífico, *Shanghai Charter, Museums and Intangible Heritage: Asia Pacific Approaches assegura* que as manifestações intangíveis “são reconhecidas e desenvolvidas em todas as práticas museológicas”. Entre as orientações para ação: “Estabelecer critérios e metodologias para integrar o patrimônio tangível e intangível nos museus; apoiar a UNESCO “nos esforços para a salvaguarda e fomento do patrimônio imaterial através de seus diversos programas e salientar a importância da força dos corpos profissionais na elaboração de uma convenção internacional para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial”⁶ (ICOM ASIA, 2002b, grifo nosso).

E de acordo com o anunciado no último trecho grifado, em 2004 teve lugar a Assembleia Geral do ICOM, reunião trienal que recebe para discussões os profissionais associados e finaliza divulgando as decisões deliberadas em plenárias quando, então, são produzidos os documentos Recomendação.

⁶ “*recognised and promoted in all museological and heritage practices*”.

“*Establish criteria and methodologies for the integration of tangible and intangible heritage in museums and other heritage institutions. “Support UNESCO’s efforts for the safeguarding and promotion of intangible heritage through its various programs and stress the importance of the inputs of professional bodies in the preparation of an international convention for safeguarding intangible cultural heritage”*”.

A Vigésima Primeira Assembleia Geral do ICOM ocorreu em outubro de 2004 em Seul, capital da Coreia do Sul. Enfocou e incluiu o patrimônio imaterial-intangível no espaço do conceito e da prática museológica, deu sua aprovação e ratificou a postura UNESCO através de Recomendação que na “Resolução nº 1” considerou “a inegável importância do patrimônio intangível e seu papel na preservação da diversidade cultural”, e reiterou “a Convenção UNESCO 2003 relativa à proteção do Patrimônio Cultural Imaterial”. Em outros itens, pautando-se na “importância do patrimônio imaterial” recomendou aos “programas de treinamento para profissionais de museus” que “incluam a compreensão do patrimônio intangível como um requisito para a qualificação”. E nomeou o documento de “Declaração de Seul do ICOM para o Patrimônio Intangível”⁷ (ICOM, 2004, tradução nossa, grifo nosso).

Outro ponto relevante creditado ao encontro internacional diz respeito à aprovação da versão final do Código de Ética para Museus (em vigor), e elaborado pelo Comitê de Ética na gestão 2001-2004. Cujo texto firmou no panorama da Museologia a definitiva inclusão da perspectiva da intangibilidade/imaterialidade tendo por assertiva abrindo o documento no tópico 1: “Princípio: Museus são responsáveis pelo patrimônio tangível e intangível natural e cultural”⁸ (ICOM, 2006, p.1, tradução nossa, grifo nosso). E ressaltamos que a Musealização, de acordo com o campo da Museologia, é processo de dupla função na medida em que ao musealizar executa a Patrimonialização (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011).

O novo quadro demarcatório que expandiu a compreensão do conceito de bem cultural pela inserção valorativa das manifestações imateriais a partir das decisões advindas das entidades preservacionistas, entre as quais os museus, tem o alicerce apoiado na afirmativa que reconhece a “profunda interdependência entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural”, conforme a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage* (UNESCO, 2003, grifo nosso).

⁷ “Considering the undeniable importance of intangible heritage and its role in the preservation of cultural diversity, the 21st General Assembly of ICOM, held in Seoul on 8 October 2004, 1. Endorses the 2003 UNESCO Convention on the Protection of Intangible Cultural Heritage; 8. Recommends that all training programmes for museum professionals stress the importance of intangible heritage and include the understanding of intangible heritage as a requirement for qualification; 10. Decides that this Resolution shall henceforth be known as the “Seoul Declaration of ICOM on the Intangible Heritage”. Seoul Declaration of ICOM on the Intangible Heritage”.

⁸ “Principle: Museums are responsible for the tangible and intangible natural and cultural heritage”.

O documento é relevante por ser o “primeiro tratado a promover um quadro legal, administrativo e financeiro para salvaguardar este patrimônio”. Representa “um acordo de direito internacional celebrado entre Estados e que estabelece direitos e deveres entre cada uma das partes e todas as outras partes”⁹ (UNESCO, 2016, tradução nossa).

Nossa pesquisa toca no ponto que traz à luz a questão da interdependência entre bem imaterial e bem material, reconhecimento do valor patrimônio que, como dissemos, na seara da salvaguarda veio emergir de maneira oficial pelas instâncias competentes só no século XXI. A circunstância relativa ao fato despertou nossa atenção por se tratar de episódio ocorrido após cerca de oito décadas do primeiro documento enfocando o problema da preservação do patrimônio, Carta de Atenas para a Restauração de Monumentos Históricos, datada de 1931. Um documento ligado ao pensamento museológico, porque o evento internacional, Primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, também, faz parte da história do Escritório Internacional de Museus, *Office International des Musées*, OIM, uma das instituições de apoio para a realização do Encontro que se tornou, depois, responsável por providências e procedimentos ligados a inventários para preservação ou restauração de monumentos (ICOMOS). O OIM é considerado instituição predecessora para assuntos museológicos que, atualmente, são da esfera de atenção do ICOM.

Exatamente porque a noção do patrimônio imaterial/intangível não estivesse ainda formal, documentalmente especificada e assegurada pelas entidades preservacionistas até o século XXI, no que tange ao espaço musealizado no período entre o ano de criação do ICOM, 1946, e o ano da afirmativa oficial do museu como agente responsável também pelo patrimônio intangível, 2004, e tendo em vista a existência da composição integrada das duas facetas do bem cultural, conduziu-nos para investigar se havia sido percebida a interação entre os planos do pensamento e das práticas, melhor dizendo, o aspecto da imaterialidade mencionado, referenciado, ao serem tratados os bens materiais no panorama do patrimônio musealizado.

⁹ “The Convention adopted by the General Conference of UNESCO in 2003 is the first international treaty to provide a legal, administrative and financial framework to safeguard this heritage. A Convention is an agreement under international law entered into by States and that establishes rights and obligations between each party and every other party”.

Traçamos, então, nossa pesquisa. E tomamos para o apoio teórico além de Pierre Bourdieu, também e principalmente, os autores da Museologia e, ainda, demais campos que tratam dos bens culturais, as instâncias preservacionistas representando o patrimônio musealizado e o patrimônio propriamente dito.

Os objetivos são: geral -- identificar e analisar em contexto de Musealização menções referenciando manifestações culturais intangíveis com sentido e valor simbólico de Patrimônio Cultural Imaterial, período 1946-2004, considerando as definições nacional IPHAN, 2000, internacional UNESCO, 2003, e visando por meio de percepções, apreciações e ações institucionais, “matriz de significações”, verificar se a imagem da relação de interdependência imaterial-material estava presente ao longo do tempo levado para categorização. Específicos: identificar/analisar museus e afins¹⁰ cujas titulações são relativas ao aspecto imaterial assim como coleções/acervos de temáticas referentes; identificar/analisar menções às manifestações imateriais expressas nas políticas, programas, exemplificações com significação de Patrimônio Cultural Imaterial (ICOM, IPHAN, UNESCO) e associadas ao espaço musealizado; elaborar com o material pesquisado um elenco interpretativo (tema e cronologia) composto de significações representando no ambiente da musealização a intangibilidade na sua interação com a materialidade; disseminar os resultados em panorama acadêmico e profissional: comunicações orais, edições e demais modalidades infocomunicacionais.

A pesquisa se caracteriza como exploratória, qualitativa, bibliográfica e documental. Tem realizado levantamento de fontes primárias (especialmente) e secundárias ligadas ao período 1946-2004 e caracterizadas como: legislação brasileira; instrumentos normativos internacionais e nacionais; inscrição patrimonial de bens intangíveis; práticas institucionalizadas de salvaguarda; livros; teses; artigos de periódicos. Faz uso de análise conceitual para as instâncias (mesmo extintas, nacional/internacional); realiza estudo terminológico para identificação de significações com valor cultural de patrimônio intangível usadas nos últimos 50 anos; modela o elenco interpretativo temático-cronológico representando as significações e as explicitações relativas ao patrimônio imaterial aplicadas

¹⁰ No contexto da Musealização relacionado a presença da manifestação imaterial, período 1946-2004, e que cobre 58 anos, estimamos alcançar cerca de 11 ou 12 exemplos de museus/coleções, considerando que a cada um pela temática apresentada caberia representar a questão. E também permitiu pensar na relação de 1 museu criado em cada 5 anos, aproximadamente.

no contexto da musealização; tem elaborado instrumental de pesquisa; e já está disseminando os resultados em periódicos, eventos e palestras.

2. PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NA TANGIBILIDADE MUSEALIZADA

Nos dias de hoje, já está estabelecido em terreno institucional o conceito da feição indissociável das duas partes componentes de um bem cultural na articulação entre os dois ambientes vivenciados no quadro existencial das visões de mundo: a modelagem em matéria palpável, espaço do tangível -- artefato, território (em particular o agenciado pelo homem), monumento e qualquer outra produção humana ou elemento; e o espaço da representação intangível sob a forma das manifestações imateriais nas suas práticas.

Na trajetória do processo para alcançar o reconhecimento do valor simbólico que estamos focalizando encontra-se a afirmativa que descortinou, contribuiu e reforçou a perspectiva da inscrição institucional da imaterialidade no contexto museológico e encontra-se definitivamente exposta na definição da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO, 2003, para a categoria mundial Patrimônio Cultural Intangível.

Assim sendo na tipologia das manifestações a relação entre os dois aspectos sustenta-se na associação entre o imaterial e as representações materiais que integram coleções e territórios musealizados, como apontado no trecho grifado no recorte da Convenção:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (grifo do autor, aspas, e grifo nosso sublinhado).

E são tais formas tangíveis categorizadas sob o formato de objetos museológicos e como espaços culturais Museus que corporificam e disseminam em âmbito coletivo a memória. Identificam determinadas coletividades nas diferenças das suas especificidades e, do mesmo modo, as integram na composição universal dizendo, por exemplo, o que pensam/pensaram, como se expressam/expressaram representados nos artefatos que

produzem/produziram, dos elementos que edificam/edificaram, dos sítios que ocupam/ocuparam ou reverenciam/reverenciaram.

E não parece demais afirmar que os museus se assumem como uma das formas encontradas na condição da materialidade para tratar a intangibilidade. Os museus apropriam sob sua perspectiva de estudo os objetos e territórios – musealização *in situ* e *ex situ* – constroem suas narrativas exemplificando e tomando um *quantum* do seu acervo, que sabemos não ser exclusivamente tridimensional, e o organiza visualmente como um texto. Informam ao público pela construção de um espaço expositivo cuja mensagem do contexto (intangível) apoia-se em recursos de exibição de várias naturezas, e que se comunica pelas linguagens textual e da imagem estática ou animada e sonora. As representações do texto-contexto museológico compõem a unidade materialidade–imaterialidade dos bens culturais.

O que nos leva a refletir sobre a postura das instituições museológicas tendo em vista a maneira pela qual se expressam: a Exposição que pode ser considerada a via comunicacional por excelência para marcar a entidade no imaginário social. E configura-se situação original. Ao atuarem segundo um conjunto de procedimentos conceituais e técnicos da Museologia com relação aos bens culturais, bens simbólicos referidos a matriz de significações, modelo que envolve a percepção (imagem), a apreciação -- que Bourdieu entende como interpretação, e a ação (prática), composição dada pela simbolização, é facultado considerar que tais instituições vêm acolhendo, faz longo tempo, a interdependência intangibilidade-tangibilidade, embora formalmente assim não fosse explicitada, e a atual categoria patrimônio cultural imaterial também não tivesse sido institucionalizada (2000/2003) e, do mesmo modo, ainda não fora integrada à definição de museu (2004).

E por constituírem as duas faces do bem cultural, isto é, a unidade patrimonial, cremos que a presença da interdependência imaterial-material não poderia deixar de estar mencionada sob outras significações, ao longo do processo para o reconhecimento institucional. Por isso, como dissemos, a investigação retrocede ao ano de 1946 cujo marco para a Musealização é a criação do Conselho Internacional de Museus.

Nossa reflexão se aproxima do relato da UNESCO sobre o patrimônio imaterial e o trajeto para sua categorização:

Ciente da importância dessa forma de patrimônio e da complexidade envolvida na definição dos seus limites e de sua proteção, a UNESCO vem, nos últimos vinte anos, se esforçando para criar e consolidar instrumentos e mecanismos que conduzam ao seu reconhecimento e defesa. Em 1989, a Organização estabeleceu a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular e vem, desde então, estimulando a sua aplicação ao redor do mundo. Esse instrumento legal fornece elementos para a identificação, a preservação e a continuidade dessa forma de patrimônio, assim como de sua disseminação.

[...]

Finalmente, em 2003, após uma série de esforços, que incluíram estudos técnicos e discussões internacionais com especialistas, juristas e membros dos governos, a UNESCO adotou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Essa convenção regula o tema do patrimônio cultural imaterial e, assim, complementa a Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, que cuida dos bens tangíveis, de modo a contemplar toda a herança cultural da humanidade (UNESCO, 2009, grifo nosso).

Nosso cenário retrospectivo de estudo acerca-se das significações referentes à matriz conceitual e operacional determinada pelo IPHAN (Decreto 3.551/2000) e pela UNESCO (Convenção 2003), entidades que explicitam as formas culturais valoradas e reconhecidas nos moldes de bens imateriais/intangíveis. Assim, trata-se das múltiplas modalidades simbólicas das apresentações integrantes de um quadro de categorias e indicadores definidos em duas fontes básicas para a qualificação patrimonial. Temos em perspectiva nacional os 4 Livros IPHAN para Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial: “Saberes”; “Celebrações”; “Formas de Expressão”; e “Lugares”. E em visão internacional estão, em um aspecto, os 5 Domínios UNESCO para o Patrimônio Cultural Intangível da Convenção UNESCO e na versão em nosso idioma: “tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;” “expressões artísticas;” “celebrações, práticas sociais, rituais e atos festivos;” os “conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;” e as “técnicas artesanais tradicionais.”

E também complementando os conceitos UNESCO há mais 4 indicadores que constam da definição relativa ao aspecto intangível pela situação de interdependência que, novamente, citamos, mantendo o grifo: Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados”. Todos os 13 elementos apontados desdobram-se relacionados a variedade de manifestações.

3. MUSEU AFIRMA RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E MATERIAL

No âmbito das significações investigadas referentes ao Patrimônio Cultural Imaterial/Intangível com referência ao ambiente musealizado, selecionamos para apresentar no artigo sete instâncias museus. O conjunto que inicia nos anos de 1960 foi qualificado pelos conteúdos de representação imaterial e material afirmados na definição de indicadores exemplares determinados pela Convenção UNESCO 2003, subsidiada pelas “categorias” IPHAN e “domínios” UNESCO, no período 1946-2004, no Brasil e no exterior.

Achamos também oportuno apontar os museus e os eventos protegidos pela outra ação da valorização simbólica, Patrimonialização, condição que reforça o caráter da distinção musealizadora e os inscreve no cenário preservacionista com o atributo cultural declarado de patrimônio nacional e/ou mundial.

---1--- Museu Villa-Lobos, 1960 - 1961, Rio de Janeiro, Brasil.
(<http://museuvillalobos.org.br/museuvil/index.htm>).

Aborda a vida e a obra do compositor e maestro brasileiro Heitor Villa-Lobos (1887-1959), figura de renome internacional no panorama da música que “compôs cerca de 1.000 obras”. O acervo da instituição tem por base a música erudita e alcança “mais de 50 mil” itens, sendo constituído inicialmente pelo acervo pessoal do compositor. Compõe-se de: a vasta produção musical do compositor em gravações que apresentam a regência bem como as interpretações por outros maestros em orquestras ao redor do mundo; e do mesmo modo as obras interpretadas por artistas em performances individuais ou em formação de pequenos conjuntos; coleção audiovisual registrando acontecimentos profissionais e outras ocorrências da vida de Villa-Lobos e pessoas ligadas ao tema; depoimentos do autor, músicos, compositores, professores, etc.; documentos textuais entre os quais correspondência ativa e passiva do músico; e anotações que exprimem seus pensamentos; seus artigos publicados na imprensa além da produção que o comentou (e ainda comenta) sua obra na mídia nacional e internacional; fotografias de ocasiões públicas e de momentos pessoais; cartazes de concertos; produção de artes plásticas; objetos pessoais do maestro.

E também é preciso dizer que as “Partituras de Heitor Villa-Lobos” “depositadas no Museu” são tombadas pelo IPHAN, 1990, categoria “Coleção ou acervo”, com valor de Patrimônio Nacional, conforme a lista de bens tombados do IPHAN.

E a edificação construída no século XIX que abriga o Museu é tombada pelo IPHAN, 1963, portanto, Patrimônio Nacional (MUSEU VILLA-LOBOS).

---2--- Museu da Imagem e do Som – MIS, 1965, Rio de Janeiro, Brasil.
(<http://www.mis.rj.gov.br/>)

Criado durante os festejos do IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro. Podemos dizer que já ‘nasceu’ como um exemplo das comemorações representativas do patrimônio imaterial. A fonte oficial afirma que o Museu “lançou um gênero pioneiro de museu audiovisual, que seria seguido em outras capitais e cidades brasileiras”. O acervo alicerçado no formato sonoro e imagético ultrapassa 300 mil itens em variados suportes. Está formado em especial por coleções particulares de artistas, compositores, produtores, escritores e participantes de diversos segmentos da arte e do entretenimento. Apresenta depoimentos: “cerca de 4 mil horas de gravação”. Registra, entre outras modalidades: música, sobretudo popular brasileira; programas radiofônicos, de televisão; roteiros; fotografias, inclusive, as que são consideradas de valor histórico pelo tempo decorrido, pelas cenas retratadas e pelos autores. Também reúne objetos pessoais de inúmeras figuras que se distinguiram na cena artística (por exemplo: instrumentos musicais, indumentária...) ou ligadas à memória da cidade atuando em diversos ramos de atividades.

O prédio localizado na Praça XV de Novembro faz parte do “conjunto urbano” protegido por legislação nacional de proteção, tombamento IPHAN, 1986, integrando a categoria Patrimônio Nacional. Trata-se de um exemplar histórico, uma construção que restou do conjunto de pavilhões da Exposição do Centenário da Independência do Brasil, 1922 (MUSEU DA IMAGEM E DO SOM).

---3--- Museu de Folclore Edison Carneiro, 1968, Rio de Janeiro, Brasil.
(http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=2)

Criado como herdeiro da trajetória realizada pela Campanha de Defesa do Folclore (1958), o Museu integra o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Reúne em seu “expressivo acervo representativo da cultura popular brasileira” coleções que se referem a manifestações imateriais/intangíveis, conforme o registro nacional IPHAN e a lista mundial UNESCO. São “16 mil objetos” de várias classes de produtos, de matérias primas e elaborados com técnicas específicas dos “saberes” de diversas partes do país, por conseguinte, destaca-se, sobretudo, a feição artesanal de expressiva parte dos itens musealizados. A materialidade dos objetos está associada às manifestações das tradições imateriais em múltiplas maneiras de apresentação, e estão reproduzidas no acervo com

“cerca de 70 mil documentos audiovisuais” que engloba atividades do cotidiano e de ocasiões especiais, lúdicas, religiosas, cívicas, por exemplo.

A construção que abriga o Museu compõe o outro lado da perspectiva preservacionista porque o “conjunto arquitetônico do Palácio do Catete” com construções centenárias é “tombado pelo IPHAN” com valor de Patrimônio Nacional (MUSEU DE FOLCLORE EDSON CARNEIRO).

---4--- Museu do Círio, 1986, Belém, Pará, Brasil.
(www.secult.pa.gov.br/content/museu-do-cirio)

A imaterialidade vivenciada na manifestação popular de fervor religioso que ocorre anualmente no segundo domingo do mês de outubro, a devoção a Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do Pará, faz-se presença nos ritos de aspecto sagrado (missa, procissão) e profano (outros festejos). E representa-se musealizada na cultura material por meio das coleções do acervo do Museu composto por cerca de 2 mil itens, que incluem várias referências ao evento como: “Cartazes de edições anteriores da romaria, imagens, fotografias, promessas de devotos [ex-votos] como as tradicionais casinhas e barcos, e outros ícones da procissão como a corda do Círio” que é segurada durante a caminhada pelos devotos.

Também agregados ao acervo há “os mantos usados pelas imagens de Nossa Senhora de Nazaré que passaram a ser guardados desde a década de 1980” e alguns exemplares dos carros que formam o cortejo acompanhando o Círio, a exemplo da “berlinda que carrega a imagem principal da procissão e os carros dos Anjos”, no qual são colocadas as crianças trajadas como anjos e “chamadas de promessa viva”.

A festividade foi declarada Patrimônio Cultural Imaterial Mundial, ou da Humanidade, pela UNESCO, 2013, e para candidatura a obtenção do título mundial faz-se necessário ter o título de patrimônio nacional, assim o festejo já havia sido declarado Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial pelo IPHAN, 2004, portanto caracterizado, também, com valor nacional (MUSEU DO CIRIO).

---5--- *Musée de la Musique*, 1997, Paris, França.
(<https://philharmoniedeparis.fr/fr/musee-expositions/musee-de-la-musique/presentation-du-musee>)

O patrimônio imaterial se representa através das coleções sonoras e visuais, base que alicerça as diferentes narrativas musicais que são o tema da instituição e ilustradas por meio

de um acervo material exposto e representativo de “uma perspectiva que esclarece o contexto social e estético”.

O acervo teve atribuído o caráter de valor nacional e assim como o Museu sua filiação conceitual remonta ao Instituto Nacional de Música, 1793. Atualmente com “mais de 7 mil objetos” expõe e comunica de modo permanente a música por meio de “cerca de 1000 obras”. E de um “quadro” “estritamente instrumental” tornou-se espaço “aberto a todas as facetas da vida musical integrando iconografia, maquetes de lugares de concertos e documentos audiovisuais” ao lado de “instrumentos, [...] esculturas e mobiliário”¹¹. Associa as duas esferas patrimoniais realizando também diariamente uma ‘exposição musical’, duração de uma hora com um músico conversando com o público e apresentando de modo sonoro o seu instrumento. O programa se chama: *musiciens au musée* (músicos no museu).

Inserido no espaço cultural *Cité de la Musique*, projeto do arquiteto Christian de Portzamparc¹², agora com a contribuição do arquiteto Jean Nouvel¹³ na nova configuração *Philharmonie de Paris* é território urbano e cultural declarado Patrimônio Nacional francês (MUSÉE DE LA MUSIQUE).

---6--- Museu do Fado, 1998, Lisboa, Portugal.
(<http://www.museudofado.pt/gca/index.php?id=11>)

O Museu aborda a manifestação cultural que expressa a identidade portuguesa e faz duzentos anos marca a tradição do cancionero do país. O acervo incorporou “os espólios de centenas de intérpretes, autores, compositores, músicos, construtores de instrumentos, estudiosos e investigadores, artistas profissionais e amadores, em suma, de centenas de personalidades que testemunharam e construíram a história do Fado”. Situado em Lisboa, cidade considerada o lugar de origem de um exemplo da “arte performativa”¹⁴, as coleções também reúnem “periódicos, fotografias, cartazes, partituras, instrumentos musicais,

¹¹ “[...] Musée présente près de 1000 œuvres [...] dans une perspective éclairant leur contexte social et esthétique”.--- “Constitué d’une collection nationale de plus de 7000 objets [...]”. ---(*instruments, tableaux, sculptures et mobilier*) --- “Dépassant le cadre d’un musée strictement instrumental, le Musée de la musique s’est ouvert à toutes les facettes de la vie musicale, intégrant iconographie, maquettes de lieux de concerts et des documents audiovisuels”.

¹² Christian de Portzamparc, autor entre outros projetos: Museu Hergé dedicado ao autor do personagem HQ Tintin (2004), em Louvain-la-Neuve, Bélgica; a Cidade das Artes (2013), no Rio de Janeiro, Brasil.

¹³ Jean Nouvel, autor entre outros projetos: Fondation Cartier pour l’art contemporain (1994), em Paris, França; Lee Samsug Museum of Art (2004), Seul, Coreia do Sul; Museu do Louvre Abu Dhabi, a ser inaugurado no fim do ano de 2017, em Abu Dhabi, Emirados Árabes.

¹⁴ O mesmo que *performing arts*, expressões artísticas – domínio UNESCO; e formas de expressão—categoria IPHAN.

fonogramas, trajes e adereços de actuação, troféus, medalhística, documentação profissional, contratos, licenças, carteiras profissionais, entre inúmeros outros testemunhos”.

O fado foi considerado pela UNESCO Patrimônio Cultural Imaterial Mundial, 2011.

Mas deixemos a voz do Museu comentar sobre a interdependência no espaço musealizado: “Testemunhando esta relação de interdependência entre as peças museológicas materiais e a imaterialidade do património que evocam e documentam, o Museu do Fado integrou, desde a sua génese, as valências funcionais inerentes à museologia do património intangível” (MUSEU DO FADO).

---7--- Museu do Samba, 2001, Rio de Janeiro, Brasil.
(<http://museudosamba.org.br/#o-que-fazemos>)

Outro exemplo de grupos culturais, identidade e memória social em espaço musealizado que merece ser mencionado é o ritmo que dá nome ao Museu do Samba, instituição primeiramente criada com o título de Centro Cultural Cartola homenageando o compositor mangueirense.

Está situado na cidade do Rio de Janeiro, considerado berço da música popular de raízes que estão fincadas na herança africana. E sua localização em uma rua no emblemático bairro da Mangueira, reduto comunitário do samba e onde se encontra a sede da Escola de Samba Estação Primeira da Mangueira, indica a estreita relação com o lugar que o abriga.

O Museu expõe “Histórias e narrativas que valorizam o samba e sua gente”, “contada[s] por seus protagonistas”. O acervo se refere à “memória do samba no Brasil” com coleção fonográfica que remonta ao período inicial da produção de discos (78 rotações) incluindo gravações das composições dos primeiros anos da produção discográfica; coleção audiovisual com depoimentos de sambistas, compositores, cantores, passistas e focalizando festejos carnavalescos, rodas de samba, encontros musicais; instrumentos musicais específicos do ritmo e outros; documentos textuais: letras de composição, certificados e objetos de premiação etc.; fotografias; objetos pessoais dos envolvidos com o samba; e indumentária associada ao carnaval (MUSEU DO SAMBA).

O samba do Rio de Janeiro com suas matrizes: o samba de terreiro, o partido-alto e o samba-enredo está registrado como Patrimônio Cultural Imaterial Nacional, IPHAN, 2007.

Todos os museus mencionados apresentam ao público atividades ligadas a temática explorada pelas instituições e, em especial, aos seus acervos abordando música, canto, dança, etc.

Nos museus analisados dedicados às manifestações do Patrimônio Cultural Imaterial e que foram criados no período dos limites que balizam os marcos históricos da nossa pesquisa: 1946, ano da fundação do Conselho Internacional de Museus, ICOM, e 2004, ano da inscrição do patrimônio imaterial na definição de museu estabelecida pela instância internacional; a investigação no panorama da Musealização apontou para responder à questão da relação de interdependência entre os aspectos patrimônio imaterial e material, afirmativamente.

O que tornou possível confirmar a interdependência entre dois extratos patrimoniais, aparentemente apartados, foram as menções encontradas que nos indicaram a marca da presença da interação no quadro das significações. Particularmente nas fontes conformadas como museus em razão dos acervos que tratam, da missão configurada, dos objetivos propostos, das atividades realizadas e cujo perfil sob a perspectiva dos princípios teóricos e práticos que tratam da percepção (imagens -- sentidos), da apreciação (interpretações atribuídas) e das ações (práticas desenvolvidas) remeteu a um caráter material-imaterial indissociável.

Os sete museus representam um recorte com instituições cuja abordagem temática se insere no quadro do patrimônio imaterial e refletida nas coleções materiais. O conjunto manifesta a inter-relação processada nos bens culturais intangíveis e tangíveis que pode, também, ser ilustrada em breves palavras por meio de um exercício de reflexão e aplicando-se exemplos sucintos.

Tomamos para tanto as modalidades imateriais (grifadas) que estão materialmente representadas nos museus com suas interações: um instrumento musical na sua elaboração ou no seu uso representa saberes (Museu Villa-Lobos); a veneração a determinada figura santificada procede de um pensamento religioso e se expressa por meio de um ritual (Museu do Círio); os objetos da cultura popular resultam de uma técnica tradicional (Museu do Folclore Edson Carneiro); o bairro da Mangueira – lugares, com sua comunidade associando práticas culturais coletivas, o samba (Museu do Samba); a “desgarrada”

portuguesa, desafio em versos com rimas e cantado ao som de guitarras é expressão artística (Museu do Fado).

Os museus no assunto em pauta com os resultados interpretados pela pesquisa permitiu verificar que são instâncias que se modelam em conformidade com um panorama de feitiço que referencia os planos do abstrato, a ambiência conceitual que compreende as representações mentais (pensamento), e do concreto que se realiza nos atos (práticas) e afigura-se nas objetivações da matéria tangível sob a forma de coleções como nos exemplos citados.

Também são territórios institucionais que por configurarem na dimensão da cultura um espaço relacional de significações abrigam tanto as referências inscritas no patrimônio material quanto às do patrimônio imaterial. Em virtude de tal estruturação os referentes que os constituem, e estão situados em cada plano têm a característica de dupla condição, isto é, cada um é referência cultural para o outro. Em razão do procedimento original se inter cruzam e compõem a unidade material-imaterial tratada pelo processo da Musealização¹⁵.

O que dá aos museus a face de conformarem e combinarem as narrativas segundo o modo da relação indissociável de texto-contexto, como mencionamos. Seja narração comunicada pela via dos discursos expositivos nos quais as duas categorias que nomeiam e caracterizam os bens se completam, seja veiculada por meio de outras modalidades de apresentação pública relacionadas ao tema a que se dedicam as instituições. E no caso investigado fundem as manifestações culturais imateriais/intangíveis aos 'objetos referências'.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antonio. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua vanguarda. **Resgate** - Revista Interdisciplinar de Cultura. Campinas, UNICAMP, n. 13, p. 11-18, 2004.

BRASIL, **Decreto Lei 25 de 30/11/1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BRASIL, **Decreto nº. 3.551 de 04/8/2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial... Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 17 jul. 2017.

¹⁵ A Musealização está explicitada no tópico 1 correlacionada às competências do museólogo.

BRASIL. **Lei 11.906 de 20/01/2009**. Cria o Instituto Brasileiro de Museus IBRAM... Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm>. Acesso em: 17 jul. 2017.

gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Trad. Sérgio Miceli. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. (Memória e Sociedade).

CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR - CNFCP. **Tesouro de Folclore e Cultura Popular**. 2016. Disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=30>. Acesso em: 17 jul. 2017.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP, 2001.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. (Ed). **Dictionnaire Encyclopédique de Muséology**. Paris: Armand Colin. 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Informação e patrimônio imaterial. In: SILVA, Helen de Castro, BARROS, Maria Helena T. C. de (Orgs.). **Ciência da Informação: múltiplos diálogos**. Marília: UNESP. 2009. p. 23-30.

ICOM ASIA-PACIFIC Regional Alliance - ASPAC. **Asia Shanghai Charter-Museums, intangible heritage and globalization**. 2002a. Disponível em:

<<http://icom.museum/programmes/intangible-heritage/>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

ICOM ASIA-PACIFIC Regional Alliance - ASPAC. **The Role of International Council of Museums for the Safeguarding of Intangible Heritage**. Xangai. 2002b. Disponível em:

<www.unesco.org/culture/ich/doc/src/01367-EN.doc>. Acesso em: 17 jun. 2017.

ICOM-Conselho Internacional de Museus. **Código de Ética do ICOM para Museus: versão lusófona**. 2009. Disponível em: <http://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

ICOM-Conselho Internacional de Museus. **Código de Ética do ICOM para Museus: versão lusófona**. 2009. Disponível em: <http://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

ICOM-International Council of Museums. **General Assembly of ICOM, Seoul, Korea-Resolution no. 1**. Disponível em: <<http://icom.museum/the-governance/general-assembly/resolutions-adopted-by-icom-general-assemblies-1946-to-date/seoul-2004/>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

ICOM. **General Conferences-Resolutions**. 2004. Disponível em: <<http://icom.museum/the-governance/general-assembly/resolutions-adopted-by-icom-general-assemblies-1946-to-date/seoul-2004/>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

ICOM. **General Conferences-Resolutions**. 2004. Disponível em:

<[http://icom.museum/activities/general-conference](http://icom.museum/activities/general-conference/past-general-conferences/)

[past-general-conferences/](http://icom.museum/activities/general-conference/past-general-conferences/)>. Acesso em: 17 jun. 2017.

ICOM. **ICOM in brief**. Disponível em: <<http://icom.museum/the-organisation/icom-in-brief/>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

ICOM. **ICOM Code of Ethics for Museums**. 2006. Disponível em:

<[http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/](http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Codes/code_ethics2013_engeng.pdf)

[Codes/code_ethics2013_engeng.pdf](http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Codes/code_ethics2013_engeng.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2017.

ICOM. **ICOM Statutes – Definition Terms, Museum**. 2007. Disponível em:
<<http://icom.museum/the-organisation/icom>

-statutes/3-definition-of-terms/#sommairecontent>. Acesso em: 17 jul. 2017.

ICOM. **Museum Programmes Intangible Heritage**. 2015. Disponível em:
<<http://icom.museum/programmes/intangible>

-heritage/>. Acesso em: 17 jul. 2017.

ICOMOS-International Council of Monuments and Sites. **The Athens Charter for the restoration of historic monuments**.

Athens 1931. Disponível em: <<http://www.icomos.org/index.php/en/charters-and-texts?id=167:the-athens-charter-for>

-the-restoration-of-historic-monuments&catid=179:charters-and-standards>. Acesso em: 17 jun. 2017.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Banco de Dados de Bens Culturais Imateriais Registrados**. 2016. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/228>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/>

detalhes/872>. Acesso em: 17 jul. 2017.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas – Museologia e Patrimônio**, Belém, MPEG. v. 7, n. 1, p. 31-50, jan/abr. 2012.

Disponível em: <[http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/chv7n1_2012/museologia\(lima\).pdf](http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/chv7n1_2012/museologia(lima).pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2017.

MUSÉE DE LA MUSIQUE. **Musée**. Disponível em: <<https://philharmoniedeparis.fr/fr/musee-expositions/musee-de-la-musique/presentation-du-musee>>. Acesso em 17 jul. 2017.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DO RIO DE JANEIRO – MIS RJ. **Histórico-Acervo**. Disponível em:<<http://www.mis.rj>

gov.br/>. Acesso em: 17 jun. 2017.

MUSEU DO CÍRIO. **Conteúdo**. Disponível em: <www.secult.pa.gov.br/content/museu-do-cirio>. Acesso em: 17 jul. 2017.

MUSEU DO FADO. **Histórico, Exposição permanente**. Disponível em:

<<http://www.museudofado.pt/gca/index.php?id>

=11>. Acesso em: 17 jul. 2017.

MUSEU DE FOLCLORE EDISON CARNEIRO. **Museu, Acervo**. Disponível em:

<http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_

Secao=2>. Acesso em: 17 jul. 2017.

MUSEU DO SAMBA. **O que fazemos**. Disponível em: <<http://musedosamba.org.br/#o-que-fazemos>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

MUSEU VILLA-LOBOS. **Histórico do museu**. Disponível em:

<<http://museuvillalobos.org.br/museuvil/index.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

ROQUE, Lucas dos Santos; CUNHA, Maria Helena. (Orgs): Prefácio. In: **Patrimônio Imaterial: fortalecendo o Sistema Nacional**. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002285/228561por.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

RUDOLFF, Britta.; RAYMOND, Susanne. A Community Convention? An analysis of Free, Prior and Informed Consent Given under the 2003 Convention. **International Journal of Intangible Heritage**. Seoul, v. 8, p. 154-164, 2013. Disponível em:

<<http://www.ijih.org/volumeMgr.ijih?cmd=volumeView&volNo=8>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

SCHÄRER, Martin. Things + ideas + musealization = heritage a museological approach.

Revista Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 85-89, jan/jun, 2009.

Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/50/39>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage**. 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/conventiontext/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

UNESCO. **Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**. 2003. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/ich/en/convention/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

UNESCO. **Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**. 2003. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/ich/en/convention/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

UNESCO. **Culture and Development**. Disponível em:

<<http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/culture-nd-development/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

UNESCO. **Culture and Development**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/culture-nd-development/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

UNESCO. **Intangible Cultural Heritage. Index 2016**. Disponível em:

<<http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00001>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

<<http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00001>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

UNESCO. **La elaboración de una Convención – Patrimonio Cultural Inmaterial**. [S.l.; s.n., 20--?]. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/01854-ES.pdf>>. Acesso em: jul 2017.

UNESCO. **Legal Instruments**. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13649&URL_DO=DO_

[TOPIC&URL_SECTION=-471.html](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13649&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=-471.html)>. Acesso em: 17 jul. 2017.

UNESCO. **List of the Intangible Cultural Heritage**. 2017. Disponível em:

<<http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00559>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

<<http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00559>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

UNESCO. **Lista do Patrimônio Mundial**. 2016. Disponível em:

<<http://whc.unesco.org/en/list/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

UNESCO. **Patrimônio Cultural Imaterial**. Representação da UNESCO no Brasil. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangible-heritage/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

Acesso em: 17 jul. 2017.

UNESCO. **Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade.** 2015. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil; IBRAM. 2017. Disponível em:
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002471/247152POR.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

UNESCO. **Textos base - Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.** Trad. Romeu de Sousa Ramos [Brasília] Representação da UNESCO no Brasil. 2014. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/2003_Convention-Basic_texts_version_2012-PT.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

UNESCO. **What is Intangible Heritage.** Disponível em:
<<http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/01851-EM.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.